

Balço Individual em 31-12-2016

RUBRICAS		NOTAS	Data	
			31-12-2016	31-12-2015
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	1.866.646,10	1.873.726,66	
Ativos intangíveis	6	10.209,00	10.209,00	
Investimentos financeiros	7	2.185,73	1.256,55	
		1.879.040,83	1.885.192,21	
Ativo Corrente				
Inventários	9	1.361,14	2.207,28	
Clientes/Utentes	12.1	8.601,50	15.050,00	
Estados e outros entes públicos	12.2	8.483,48	7.775,09	
Outras contas a receber	12.1, 15.1, 15.2	191.745,70	171.787,19	
Diferimentos	15.3	2.058,40	2.415,76	
Caixa e depósitos bancários	4	109.601,37	22.875,44	
		321.851,59	222.110,76	
Total do ativo		2.200.892,42	2.107.302,97	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos Líquidos	12.4	832.695,40	832.695,40	
Resultados transitados	12.4	90.456,60	6.451,13	
Outras variações nos fundos patrimoniais	11, 12.4	604.672,30	620.220,36	
		1.527.824,30	1.459.366,89	
Resultado líquido do período	12.4	114.418,12	84.005,47	
Total do Fundo Patrimonial		1.642.242,42	1.543.372,36	
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	8, 12.3	358.183,11	421.699,65	
		358.183,11	421.699,65	
Passivo corrente				
Fornecedores	12.1	34.260,19	16.865,65	
Estado e outros entes públicos	12.2, 14.1, 14.2	14.840,13	13.246,81	
Financiamentos obtidos	8, 12.3	59.830,44	38.436,37	
Outras contas a pagar	12.1, 15.1, 15.2	85.672,94	56.416,09	
Diferimentos	15.3	5.863,19	17.266,04	
		200.466,89	142.230,96	
Total do passivo		558.650,00	563.930,61	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.200.892,42	2.107.302,97	

A Entidade
Centro Social Rec. Cultural de Vilar de Maçada
Contribuinte nº 503660370
Vilar de Maçada, 1576-101 Vilar de Maçada
503660370

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC n.º 39242

Rui Manuel de Sousa, c. v. l. f.

Page 1

Centro Social Rec. Cultural de Vilar de Maçada

Contribuinte: 503660370

Exercício: 2016

Pág. 1

Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	451.740,00	381.614,88
Subsídios à exploração	11	424.396,15	372.218,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-99.772,71	-91.486,01
Fornecimentos e serviços externos	15.4	-195.168,74	-154.468,26
Gastos com o pessoal	13	-458.712,53	-386.474,65
Aumentos/reduções de justo valor		0,21	
Outros rendimentos e ganhos	15.7	82.100,52	58.588,45
Outros gastos e perdas	15.5	-2.685,12	-10.739,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		201.897,78	169.253,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	-67.453,72	-61.965,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		134.444,06	107.288,20
Juros e gastos similares suportados	15.6	-20.025,94	-23.282,73
Resultado antes de impostos		114.418,12	84.005,47
Resultado líquido do período		114.418,12	84.005,47

A Entidade

O Contabilista Certificado

[Signature]
 Centro Social Rec. Cultural de Vilar de Maçada
 Largo do Airo, n.º 20
 4790-576 Vilar de Maçada
 Contribuinte: 503660370
 Email: centrosocialvilar@scv.pt
 Tel: 251 218 060

Luís Leite
 CC n.º 39242

Rei Oleguete de Sousa Corvelho

Pongfide

Centro Social Rec. Cultural de Vilar de Maçada


Contribuinte: 503660370

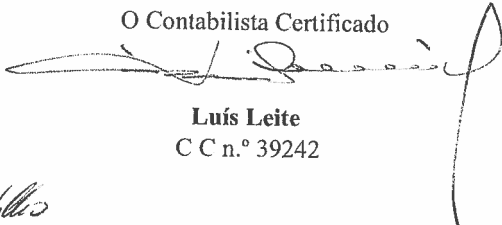
Exercício: 2016

Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS		NOTAS	Exercícios	
			2016	2015
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de Clientes			488.118,49	408.856,54
Recebimentos de Subvenções da Segurança Social			404.070,45	349.309,87
Pagamentos a Fornecedores			-267.744,17	-347.703,05
Pagamentos ao Pessoal			-425.728,25	-395.833,40
Caixa gerada pelas operações			198.716,52	14.629,96
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento				
Outros Recebimentos/Pagamentos			11.344,26	34.533,18
Fluxos das atividades operacionais (1)			210.060,78	49.163,14
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis			-70.698,75	-103.737,58
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios de investimento				23.359,09
Juros e rendimentos similares			63,90	46,32
Fluxos das atividades de investimento (2)			-70.634,85	-80.332,17
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios e Doações			8.143,28	1.530,09
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos			-42.122,44	-14.939,54
Juros e gastos similares			-18.720,84	-22.390,66
Fluxos de atividades de financiamento (3)			-52.700,00	-35.800,11
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			86.725,93	-66.969,14
Efeitos das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		4	22.875,44	89.844,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4	109.601,37	22.875,44

A Entidade

Rui Manuel de Sousa Corvelho
 Rui Manuel de Sousa Corvelho
 Centro Social Rec. Cultural de Vilar de Maçada
 Largo do Airo nº 29
 5190-579 Vilar de Maçada
 Tel. 240310000
 email: centrosocialvma@gmail.pt
 Tel. 240310000

O Contabilista Certificado

 Luís Leite
 C C n.º 39242

ANEXO
(Período 2016)



1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada

1.2 — Sede

Largo do Adro, n.º20

5070-576 Vilar de Maçada

1.3 — Natureza da Atividade

Instituição Particular de Solidariedade Social

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º36-A/2011, de 9 de Março, baseando-se no disposto no n.º2 do art.º3 do DLn.º158/158/2009, de 13 de Julho. Este novo normativo vem revogar o POC-IPSS.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 - Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.



3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3 - Consistência de apresentação

As Demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.4 - Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das

políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

[Handwritten signatures and initials]

3.1.7 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2011 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 5

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Pangar

C

3.1.8 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.9 – Investimentos Financeiros:

Os Investimentos Financeiros existentes no Balanço dizem respeito aos Fundos de Reestruturação do Setor Social e Fundo de Compensação de Trabalho, mensurado pelo justo valor.

3.1.10 - Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.11 – Inventários

Mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.12 - Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.13 - Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

3.1.14 - Rédito

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.15 - Subsídios do Governo

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos Capitais próprios e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em

H.
Nity
B. B. B.
B. B. B.
B. B. B.

Pargfeida

C.

cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios a exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.16 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, Subsídio de Férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.17 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 — Outras políticas contábilísticas relevantes.

As políticas contábilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - Fluxos de caixa

Ver alínea iv) do ponto 3.1.13 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2016	2015
Caixa		
Depósitos à Ordem	96.101,37	22.875,44
Depósitos a Prazo	13.500,00	
Outros equivalentes de caixa		
Totais	109.601,37	22.875,44

5 - Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.7 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2013	Adições	Alienações /abates	2015	Adições	Alienações /abates	2016
Edif. e outras construções	1.016.465,59	960.646,25		1.977.111,84	40.010,74		2.017.122,58
Equipamento básico	111.482,96	86.018,04		197.501,00	13.302,32		210.803,32
Equipamento de transporte	72.479,55			72.479,55			72.479,55
Equipamento administrativo	45.923,70	2.653,26		48.576,96	2.797,51		51.374,47
Out. ativos fixos tangíveis	18.697,35			18.697,35			18.697,35
AFT em curso	1.009.651,33	81.741,24	-1.031.148,87	60.243,70	4.262,59		64.506,29
Sub-total	2.274.700,48	1.131.058,79	-1.031.148,87	2.374.610,40	60.373,16		2.434.983,56
Depreciações e perdas por imparidade	2013	Adições	Alienações /abates	2015	Adições	Alienações /abates	2016
Edif. e outras construções	224.594,17	36.673,89		261.268,06	41.869,08		303.137,14
Equipamento básico	105.161,31	15.822,84		120.984,15	16.035,44		137.019,59
Equipamento de transporte	54.966,84	5.717,50		60.684,34	5.434,17		66.118,51
Equipamento administrativo	43.447,33	1.714,65		45.161,98	2.466,47		47.628,45
Out. ativos fixos tangíveis	10.748,63	2.036,58		12.785,21	1.648,56		14.433,77
Sub-total	438.918,28	61.965,46		500.883,74	67.453,72		568.337,46
Quantias líquidas escrituradas	1.835.782,20	1.069.093,33	-1.031.148,87	1.873.726,66	-7.080,56		1.866.646,10

6 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.8 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2014	Adições	Alienações /abates	2015	Adições	Alienações /abates	2016
Programas de computador	2.531,34			2.531,34			2.531,34
Propriedade industrial	16.209,00			16.209,00			16.209,00
Sub-total	18.740,34			18.740,34			18.740,34
Amortizações e perdas por imparidade	2014	Adições	Alienações /abates	2015	Adições	Alienações /abates	2016
Programas de computador	2.531,34			2.531,34			2.531,34
Propriedade industrial	6.000,00			6.000,00			6.000,00
Sub-total	8.531,34			8.531,34			8.531,34
Quantias líquidas escrituradas	10.209,00			10.209,00			10.209,00

Handwritten signatures and initials:
 H
 Hiley
 10/01/2016
 J. J. J.

7 – Outros Investimentos Financeiros

Ver alínea ii) do ponto 3.1.9 da nota 3 deste anexo

Instrumentos Financeiros							
Entidades	2014	Aumentos	Diminuições	2015	Aumentos	Diminuições	2016
Fundo Compensação Trabalho	242,43	674,66		917,09	1.148,00	218,82	1.846,27
FRSS		339,46		339,46			339,46
Totais	242,43	1.014,12		1.256,55	1.148,00	218,82	2.185,73

8 – Locações

Ver alínea ii) do ponto 3.1.13 da nota 3 deste anexo

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo

Locações financeiras	Quantias escrituradas líquidas	Total dos futuros pagamentos mínimos à data do balanço			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2015					
Fiat 48-HS-54	1.416,67	2.751,05	2.144,94		4.895,99
Ford Connect Van (14-PB-32)	10.378,54	1.094,75	10.071,67		11.166,42
Totais	11.795,21	3.845,80	12.216,61		16.062,41
2016					
Fiat 48-HS-54		1.207,45	2.576,64		3.784,09
Ford Connect Van (14-PB-32)	6.361,04	2.932,93	5.434,90		8.367,83
Totais	6.361,04	4.140,38	8.011,54		12.151,92

9 – Inventários

Ver ponto 3.1.11 na nota 3 deste anexo

9.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2016	2015
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.361,14	2.207,28
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso		
Totais	1.361,14	2.207,28

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2016			2015		
	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Totais	Mercadorias	Mat-primas, sub.,consumo	Totais
Inventários no começo do período		2.207,28	2.207,28		3.743,13	3.743,13
Compras		98.926,57	98.926,57		89.950,16	89.950,16
Regularizações						
Inventários no fim do período		1.361,14	1.361,14		2.207,28	2.207,28
CMVMC		99.772,71	99.772,71		91.486,01	91.486,01

10 – Rédito

Ver ponto 3.1.14 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2016	2015
Venda de bens		
Prestação de serviços	451.740,00	381.614,88
Juros	63,90	46,32
Totais	451.803,90	381.661,20

Os valores das quotizações referentes 2016, que não foram recebidas, não foram contabilizadas por não terem sido disponibilizados os valores em falta á contabilidade.

11 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.15 na nota 3 deste anexo

11.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos Fundos Patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2016	2015
Imputação de sub. para investimentos	15.548,06	11.661,39

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2016	2015
Centro Distrital da Segurança Social	395.161,00	349.672,61
IEFP	29.235,15	22.546,33
Total	424.396,15	372.218,94

12 - Instrumentos financeiros

12.1 – Clientes/Utentes, fornecedores e Fundadores.

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2016			2015		
Cientes	8.601,50		8.601,50	15.050,00		15.050,00
Outras contas a receber	191.745,70		191.745,70	171.787,19		171.787,19
Totais	200.347,20		200.347,20	186.837,19		186.837,19
Passivos	2016			2015		
Fornecedores	34.260,19		34.260,19	16.865,65		16.865,65
Fornecedores de investimentos				5.976,00		5.976,00
Outras contas a pagar	85.672,94		85.672,94	50.440,09		50.440,09
Totais	119.933,13		119.933,13	73.281,74		73.281,74

12.2 – Estado e outros entes públicos.

Estado e Outros Entes Públicos	2016	2015
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	11,85	18,75
EOEP - IVA	8.471,63	7.756,34
Totais	8.483,48	7.775,09
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	1.011,00	870,00
EOEP - Segurança Social	13.721,17	12.286,32
EOEP - Outros	107,96	90,49
Totais	14.840,13	13.246,81

12.3 – Financiamentos obtidos.

Ver alínea ii) do ponto 3.1.13 da nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais
2015				
CA n.º 56054026478	12.354,95	59.738,48	71.980,18	144.073,61
Montepio n.º 055.36.100092-4	22.235,62	167.205,08	110.559,30	300.000,00
Totais	34.590,57	226.943,56	182.539,48	444.073,61
2016				
CA n.º 56054026478	13.308,74	59.720,37	58.671,44	131.700,55
Montepio n.º 055.36.100092-4	42.381,32	163.601,78	68.177,98	274.161,08
Totais	55.690,06	223.322,15	126.849,42	405.861,63
Variação (2016-2015)	21.099,49	-3.621,41	-55.690,06	-38.211,98

12.4 – Fundos Patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2014	Aumentos	Reduções	2015	Aumentos	Reduções	2016
Fundos Líquidos	832.695,40			832.695,40			832.695,40
Reservas Legais							
Outras Reservas							
Resultados transitados	40.216,88	10.707,55	-44.473,30	6.451,13	84.005,47		90.456,60
Ajustamentos em ativos financeiros							
Outras variações no Fundo Patrimonial	617.067,42	14.814,33	-11.661,39	620.220,36		-15.548,06	604.672,30
Resultado Líquido	10.707,55	84.005,47	-10.707,55	84.005,47	114.418,12	-84.005,47	114.418,12
Totais	1.500.687,25	109.527,35	-66.842,24	1.543.372,36	198.423,59	-99.553,53	1.642.242,42

13 - Benefícios dos empregados

13.1 — Número médio de empregados:

Ver ponto 3.1.16 na nota 3 deste anexo

Vínculo	N.º de trab. início do ano	Admissões n.º trab.	Demissões n.º trab.	N.º de trab. final do ano
Efetivos	25	3	1	27
Termo certo	20	12	10	22
Termo incerto	1			1
Total	46	15	11	50
Número Médio De Trabalhadores				48

Gastos com pessoal	2016	2015
Funcionários:	451.616,69	380.592,71
Remunerações	375.352,48	316.454,52
Encargos seg. social	76.264,21	64.138,19
Seguros	3.781,54	2.806,46
Outros	3.314,30	3.075,48
Totais	458.712,53	386.474,65

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 - Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2016.

14.2 - Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2016.

14.3 - A 31 de dezembro de 2016 não existiam salários em dívida aos funcionários o valor de 26.745,11€ existente é referente a salários de dezembro de 2016.

7.7.2015

L

15 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 – Outras contas a receber/pagar.

Outras contas a receber/pagar	2016	2015
Ativo - Outras contas a receber		
Município de Alijó	158.526,00	146.400,00
IEFP	24.726,99	17.405,14
Junta de Freguesia de Vilar de Maçada	7.800,00	7.800,00
Fornecedores com saldo devedor	692,71	182,05
Totais	191.745,70	171.787,19
Passivo - Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	51.931,60	50.202,53
Fornecedores de investimentos		5.976,00
Pessoal	26.745,11	237,56
Utentes	6.996,23	
Totais	85.672,94	56.416,09

15.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2016	2015
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Totais		
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar	596,55	596,55
Férias e Sub. Férias a liquidar	49.237,20	48.261,66
Electricidade, água, comunicação a liquidar	1.485,45	1.344,32
Compras matérias primas	612,40	
Totais	51.931,60	50.202,53

15.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2016	2015
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	2.058,40	2.415,76
Totais	2.058,40	2.415,76
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	5.287,19	16.849,54
Quotas/Joias	576,00	304,00
Mensalidades		112,50
Totais	5.863,19	17.266,04

15.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.

FSE	2016	2015
Trabalhos especializados	30.346,90	13.569,61
Publicidade e propaganda	496,88	516,19
Vigilância e segurança	454,26	900,78
Honorários	667,24	1.107,00
Conservação e reparação-edifícios o. const.	5.404,81	6.428,89
Conservação e reparação-eq. básico	3.231,00	3.728,72
Conservação e reparação-eq. transporte	10.374,26	4.855,00
Conservação e reparação-eq. administrativo		167,00
Conservação e reparação-outros AFT		595,62
Serviços bancários	374,14	193,39
Ferramentas e utensílios	13.879,22	11.362,50
Material de escritório	5.877,20	5.019,48
Eletricidade	38.653,86	33.853,31
Combustíveis	34.899,33	26.657,37
Material didático	798,30	1.313,53
Deslocações e estadas	3.362,12	574,33
Encargos saúde utentes	194,14	443,16
Rendas e alugueres	2.924,50	2.339,60
Comunicação	6.581,92	6.709,20
Seguros	4.565,40	3.558,31
Contencioso e notariado		15,00
Despesas de representação	433,58	7.580,00
Limpeza, higiene e conforto	31.506,17	22.143,93
Outros FSE	143,51	836,34
Totais	195.168,74	154.468,26

Handwritten signature: Margarida

Handwritten mark: C

15.5 – Outros Gastos e Perdas.

Outros Gastos e Perdas	2016	2015
Imposto de selo	32,91	19,93
Taxas	947,12	682,53
Descontos pp concedidos	1,00	
Correções de períodos anteriores	1.643,09	8.199,88
Donativos	60,00	
Quotizações		50,00
Multas e penalidades	1,00	1.787,35
Totais	2.685,12	10.739,69

15.6 – Gastos e Perdas de Financiamento.

Gastos e perdas de financiamento	2016	2015
Juros suportados	13.366,70	22.463,52
Outros	6.659,24	819,21
Totais	20.025,94	23.282,73

15.7 – Outros Rendimentos e Ganhos.

Outros Rendimentos e ganhos	2016	2015
Rendas e outros rendimentos	3.000,00	3.186,50
Descontos pp obtidos	3.214,67	1.670,76
Correções de períodos anteriores	13.209,67	3.151,87
Imputação de Sub. Investimento	15.548,06	11.661,39
Transporte para utentes	3.585,50	3.844,50
Donativos	30.470,63	34.440,61
Consignação de IRS	670,09	
Sub. Anual Apoio IPSS Concelho de Alijó	12.126,00	
Incentivo ao emprego		586,50
Indeminização falta aviso prévio	212,00	
Juros obtidos de depósitos bancários	63,90	46,32
Totais	82.100,52	58.588,45

P. Jorge

15.8 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

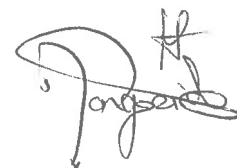
Vilar de Maçada, 08 de Março de 2017

A Entidade

Rafael Leite
Rafael Leite
Rua da Igreja, 12
4070-575 Vilar de Maçada
NIF: 603040370
Rui Graaull de Sousa Contabilista

O Contabilista Certificado

Luís Leite
Luís Leite
CC n.º 39242



RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Associados

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada

Relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

1- APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

Neste exercício de 2016, foi preocupação fundamental da Direção desenvolver todos os esforços no sentido de equilibrar a situação financeira da entidade, melhorando o seu desempenho e procurando uma utilização eficiente dos colaboradores do CSRCVM, aliado a uma política de racionalização dos gastos.

Como reflexo de uma gestão equilibrada a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 114.418,12€.

2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise da produção e do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do Valor Bruto da Produção

	2016	2015	Incremento na produção	
			Valor	%
Vendas Líquidas	451.740,00	381.614,88	70.125,12	18,38%
Variação da Produção				
Valor Bruto da Produção	451.740,00	381.614,88	70.125,12	18,38%

	2016	2015	Incremento nas Vendas	
			Valor	%
Vendas Líquidas				
Prestação de Serviços	451.740,00	381.614,88	70.125,12	18,38%
Volume de Negócios	451.740,00	381.614,88	70.125,12	18,38%

Angela

3- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras).

Quadro da Evolução dos Gastos

	2016	2015	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	99.772,71	91.486,01	8.286,70	9,06%
FSE	195.168,74	154.468,26	40.700,48	26,35%
Trabalhos Especializados	30.346,90	13.569,61	16.777,29	123,64%
Publicidade e Propaganda	496,88	516,19	-19,31	-3,74%
Honorários	667,24	1.107,00	-439,76	-39,73%
Conservação e Reparação	19.010,07	15.775,23	3.234,84	20,51%
Ferramentas e Utensílios	13.879,22	11.362,50	2.516,72	22,15%
Artigos para Oferta	65,01		65,01	
Eletricidade	38.653,86	33.853,31	4.800,55	14,18%
Combustíveis	34.899,33	26.657,37	8.241,96	30,92%
Deslocações e Estadas	3.362,12	574,33	2.787,79	485,40%
Comunicação	6.581,92	6.709,20	-127,28	-1,90%
Despesas de Representação	433,58	7.580,00	-7.146,42	-94,28%
Outros	46.772,61	36.763,52	10.009,09	27,23%
TOTAL FSE	195.168,74	154.468,26	40.700,48	26,35%
Gastos Com Pessoal	458.712,53	386.474,65	72.237,88	18,69%
Depreciações e Amortizações	67.453,72	61.965,46	5.488,26	8,86%
Outros Gastos e Perdas	2.685,12	10.739,69	-8.054,57	-75,00%
Juros	13.366,70	22.463,52	-9.096,82	-40,50%
Outros Gastos e Perdas Financiamento	6.659,24	819,21	5.840,03	712,89%
Total dos Gastos e Perdas Financ.	20.025,94	23.282,73	-3.256,79	-13,99%
Total dos Gastos e Perdas	843.818,76	728.416,80	115.401,96	15,84%

4- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2016	2015	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	40.010,74	960.646,25	-920.635,51	-95,84%
Equipamento Básico	13.302,32	86.018,04	-72.715,72	-84,54%
Equipamento de Transporte				
Equipamento Administrativo	2.797,51	2.653,26	144,25	5,44%
Outros Ativos Fixos Tangíveis				
AFT em curso	4.262,59	81.741,24	-77.478,65	-94,79%
Total	60.373,16	1.131.058,79	-1.070.685,63	-94,66%

Manfred

Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2016	2015	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	2.017.122,58	1.977.111,84	40.010,74	2,02%
Equipamento Básico	210.803,32	197.501,00	13.302,32	6,74%
Equipamento de Transporte	72.479,55	72.479,55		
Equipamento Administrativo	51.374,47	48.576,96	2.797,51	5,76%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	18.697,35	18.697,35		
AFT em curso	64.506,29	60.243,70	4.262,59	7,08%
Total	2.434.983,56	2.374.610,40	60.373,16	2,54%

5- TERCEIROS

O valor de 208.830,68€ (194.612,28€ em 2015) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dívidas de clientes/utentes, do estado e de outros devedores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 552.786,81€ (546.664,57€ em 2015) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dívidas a fornecedores, ao estado, a instituições de crédito e a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

6- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de Dezembro de 2016 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.

7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2016 será proposto a transferência do resultado líquido positivo 114.418,12€ para Resultados Transitados.

8- ENCERRAMENTO

Aos nossos utentes/clientes, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Data: Vilar de Maçada, 08 de março de 2017

A Entidade
Rafael Vilela
Vilar de Maçada
@sapo.pt
Carla
Vilar de Maçada

